

Registro: 2020.0000358172

CONCLUSÃO

Em 20 de maio de 2020, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Eu, _____, escrevente, subscrevi.

Natureza: Suspensão de tutela.

Processo n. 2054679-18.2020.8.26.0000

Requerente: Estado de São Paulo

Requerido: Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Itanhaém

SUSPENSÃO DE LIMINAR. Extensão dos efeitos da suspensão já deferida. Casos iguais. Vedação de acesso de forasteiros aos Municípios de Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo, entre os dias 20/5/2020 a 25/5/2020. Decisão que afronta ordem anterior do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Extensão dos efeitos da suspensão deferida nestes autos para a nova situação.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO das decisões que suspenderam os efeitos das decisões liminares proferidas pelo Juízo da comarca de Caraguatatuba. Indeferimento.

A) Fls. 864/876: O **ESTADO DE SÃO PAULO** apresenta aditamento ao **PEDIDO DE SUSPENSÃO** inicial para estender a decisão à medida liminar deferida nos autos da **AÇÃO**

CIVIL PÚBLICA nº 0001667-04.2020.8.26.0266, sob fundamento de que a liminar tem o mesmo alcance daquelas anteriormente suspensas, de grave lesão à ordem pública.

Segundo consta dos autos, o Ministério Público do Estado de São Paulo, sob a alegação de ocorrência de fato novo, consistente na antecipação de feriados no Município de São Paulo, renovou o pedido de liminar, que fora anteriormente suspensa por esta Presidência. Argumentou que a situação de pandemia da COVID-19 demanda grande empenho da estrutura municipal de saúde, que sequer tem dimensões suficientes para atender os munícipes e certamente não poderá suportar o grande afluxo de forasteiros que procuram os municípios.

O Juízo de Itanhaém – para o qual o processo anteriormente ajuizado em Vara Plantão foi redistribuído, inclusive com novo número de registro – deferiu a liminar e determinou que a Fazenda do Estado de São Paulo proceda, no prazo de 12 horas, à restrição de acesso de turistas aos Municípios de Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo, entre os dias 20/5/2020 a 25/5/2020, para evitar o acúmulo de pessoas nos municípios, que para lá se dirigem durante o período para o qual foram antecipados feriados no Município de São Paulo, com vistas a reduzir a intensidade de propagação da pandemia viral COVID-19.

Ao pretender suspender os efeitos dessa decisão, o Estado de São Paulo afirma indevida invasão de atribuições administrativas do Estado, até porque abrange vários municípios.

É o relatório. Fundamento e **DECIDO**.

I. As medidas de contracautela postas à disposição das pessoas jurídicas de direito público são excepcionais e se destinam a resguardar a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas. A suspensão de liminar em análise, portanto, é destituída de viés recursal e não abre espaço para análise do mérito da demanda principal. Volta-se, isto sim, a apreciação dos aspectos relacionados à potencialidade lesiva do ato decisório em face dos interesses públicos relevantes assegurados em lei.

A sistemática de contracautela permite, também, que o Presidente do Tribunal estenda os efeitos da suspensão a liminares ou sentença supervenientes cujo objeto seja idêntico, mediante simples aditamento do pedido original. No caso daquela encartada a fls. 877/882, verifico identidade de objeto entre a decisão que se pretende suspender e as que já foram suspensas.

II. A decisão do Juízo de Itanhaém, no que interessa para esta análise, determinou que a Fazenda do Estado de São Paulo, no prazo de 12 horas, dê início a controle e restrição de acesso de turistas aos Municípios de Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo, entre os dias 20/5/2020 a 25/5/2020, período que se estende desde o feriado de 20/5, antecipado, se liga a outro feriado antecipado para 21/5 e ao ponto facultativo em 22/5, todos decretados pelo Município de São Paulo, e que vêm seguidos de fim-de-semana e possível feriado estadual antecipado para 25/5.

É caso de acolhimento do aditamento ao pedido inicial e de deferimento da rogada ordem de extensão, com a consequente suspensão dos efeitos da nova liminar concedida pelo mesmo Juízo e que obrigou a Fazenda do Estado a tomar providências semelhantes àsquelas que já foram objeto de liminar suspensa, **tudo a sugerir vontade direcionada de afrontar decisão do Presidente do Tribunal de Justiça.**

Possível constatar ser idêntico o objetivo do município de São Paulo – ao antecipar feriados -, do Juízo da comarca de Itanhaém - ao determinar bloqueio de acesso a cinco municípios vizinhos - e do Estado de São Paulo – ao postular a suspensão da ordem judicial: conter a disseminação da doença pandêmica Covid-19 e evitar incremento no contágio do novo coronavírus. Não têm por alvo proteger a saúde de cada indivíduo, mas sim a saúde de toda a população, de forma a reduzir o contágio e assegurar tratamento médico-hospitalar àqueles atingidos pela doença. Este o intuito do isolamento social em vigor.

III. É duvidosa a caracterização dos eventos mais recentes - antecipação de dois ou três feriados municipais na capital no período de 20 a 25 de maio - como fato novo capaz de autorizar seja proferida nova decisão em descompasso com a suspensão da liminar recentemente proferida pela Presidência da Corte, até porque ambas têm idênticos fundamentos fáticos e jurídicos e, portanto, o mesmo potencial de gerar riscos a ordem, a saúde, a segurança e à economia públicas.

A identidade de causas e de efeitos das decisões autoriza a extensão dos efeitos almejada, segundo fundamentos já expostos na decisão proferida a fls. 230/238. Decisões judiciais direcionadas a alguns municípios da região litorânea do Estado afastam da Administração estadual seu legítimo juízo discricionário de conveniência e oportunidade de organização dos serviços públicos tecnicamente adequados. Está suficientemente configurada a lesão à ordem pública, assim entendida como ordem administrativa geral, equivalente à execução dos serviços públicos e o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituída (cf., STA-AgRg 112, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 27.02.08; Pet-AgRg-AgRg 1.890, Rel. Min. Marco Aurélio, red. ac. Min. Carlos Velloso, j. 01.08.02; SS-AgRg 846, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 29.05.96; e SS-AgRg 284, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 11.03.91).

Em tema de segurança e eficiência na prestação de serviços públicos na área da saúde, oportuno destacar o sentido **discricionário técnico** de decisão acerca de circulação de pessoas, veículos, transportes em geral, atributo de que é destituída qualquer decisão judicial sobre o tema. É que decisão judicial não pode substituir o critério de conveniência e oportunidade da Administração, especialmente em tempos de crise e calamidade, porque **o Poder Judiciário não dispõe de elementos técnicos e meios suficientes para a tomada de decisão equilibrada e harmônica. Antes, pode ocasionar situações de descontrole.**

IV. Negar ou conceder acesso a rodovia e a determinados municípios constitui ato administrativo informado pelas características da região como um **todo e não de apenas uns ou outros**

municípios em contraposição a tantos mais. São elementos ligados ao mérito do ato administrativo, que não podem ser objeto de análise pelo Poder Judiciário, cuja apreciação se debruça exclusivamente sobre aspectos formais de validade e eficácia. **A providência tomada pelo Juízo mencionado acabou por invadir indevidamente matérias de atribuição exclusiva do Estado de São Paulo,** notadamente o poder de polícia da Administração, excepcional e discricionário, capaz de restringir coativamente a atividade individual, na proteção da segurança coletiva e da boa ordem da coisa pública, este o mérito de eventual ato nesse sentido.

Permito-me lembrar que, em regra, a norma estadual prevalece sobre aquela editada no contexto municipal, tendo em vista o disposto nos artigos 24, inciso XII, e 30, inciso II, da Constituição Federal. Em outras palavras, a Constituição Federal aponta que os temas ligados à proteção e à defesa da saúde, e é disso que cuidam os autos, integram a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, aqui excluído, portanto, o Município, que recebe, no artigo 30, inciso II, da Carta Magna, competência legislativa suplementar, "no que couber". À evidência, tal expressão final significa que há possibilidade de atuação legislativa municipal nas matérias concorrentes federais e estaduais, desde que caracterizado o interesse local específico. Nesse sentido, tais normas prevalecem na hipótese, não influenciada pelos artigos 23, inciso II, e 30, inciso I, da Constituição Federal.

Esclarecedora a **recente decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes** nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672, no que se refere às competências legislativas dos entes federativos:

"Igualmente, nos termos do artigo 24, XII, o texto constitucional prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde; permitindo, ainda, aos Municípios, nos termos do artigo 30, inciso II, a possibilidade de suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, desde que haja interesse local; devendo, ainda, ser considerada a descentralização político-administrativa do Sistema de Saúde (art. 198, CF, e art. 7º da Lei 8.080/1990), com a consequente descentralização da execução de serviços e distribuição dos encargos financeiros entre os entes federativos, inclusive no que diz respeito às atividades de vigilância sanitária e epidemiológica (art. 6º, I, da Lei nº 8.080/1990)."

IV. A gravidade da pandemia recomenda seja a menor possível a judicialização da matéria, porque intervenção pontual nas políticas públicas compromete a organização dos atos da Administração. Nesse sentido, ao Poder Judiciário parece lícito intervir apenas e tão-somente em situações que evidenciem omissão das autoridades públicas competentes, capaz de colocar em risco grave e iminente os direitos dos jurisdicionados.

O risco de lesão à ordem pública se prende também ao **caráter satisfativo da liminar** concedida pelo Juízo da comarca de Itanhaém, capaz de impactar diretamente no planejamento da Administração. A esse acresço o fato de que o ato judicial em análise **introduziu modificações nas políticas públicas**, âmbito de atuação

primordialmente reservado ao Poder Executivo, de forma a dificultar o adequado exercício das funções típicas da Administração e a comprometer **a condução coordenada das ações necessárias à mitigação dos danos provocados pela COVID-19.**

E - repito - ao contrário do exposto pelo Juízo *a quo*, **a decisão conflita e descumpe decisão anteriormente proferida por esta Presidência**, nos mesmos autos da ação civil pública, que só receberam novo número face a redistribuição da Vara Plantão, para a Vara de Itanhaém, valendo lembrar que o magistrado que proferiu as duas liminares é o mesmo.

As duas liminares concedidas pautaram-se, em síntese, em aspectos referentes a [i] rápida transmissão do vírus e seu potencial de mortalidade, [ii] falta de estrutura dos municípios para atendimento da demanda de pacientes infectados, [iii] quantidade de pessoas que, talvez por falta de real consciência da gravidade da situação, estão aproveitando a antecipação dos feriados no Município de São Paulo como espécie de “férias”, superlotando os Municípios.

Não tenho dúvida, ainda, da melhor intenção do Juízo e do Ministério Público. Todos a temos e procuramos ajudar. Mas a questão já fora definida antes e é preciso que se entenda definitivamente que a coordenação do ataque à pandemia, por força de norma constitucional, é do Estado, como regra, e só supletivamente do Município, quando couber. E aqui não cabe.

Reconheço que o momento atual exige calma e técnica. A coordenação, inclusive no que se refere à atuação da Polícia Militar, a ser exercida pelo Poder Executivo estadual, é imprescindível.

Somente uma organização harmônica, sincronizada e coerente é capaz de gerar a adoção das medidas necessárias e abrangentes.

Oportuno destacar que, ao ser atingido pela propagação do novo vírus, dotado de habilidade ímpar de contágio, o Estado de São Paulo, pelo poder executivo, jamais deixou de adotar providências em todas as esferas administrativas a seu cargo, adequando-as aos diferentes estágios da crise sanitária mundial e em franca aceleração nas Américas, sempre com vistas a mitigar os danos provocados pela pandemia de Covid-19. Neste cenário de nenhuma omissão, insisto, decisões isoladas em atendimento a parte da população, tem o potencial de promover a desorganização administrativa, obstaculizando a evolução e o pronto combate à pandemia.

V. Daí imperioso o **deferimento do pedido de extensão para suspender os efeitos da liminar encartada a fls. 877/882**. Cientifique-se o r. Juízo *a quo*, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e as Municipalidades de Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo.

B) **Fls. 837/857:** trata-se de pedido de reconsideração formulado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhado pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Caraguatatuba, das decisões proferidas nestes autos e que suspenderam as liminares deferidas nos autos das ações civis públicas nº 1001480-11.202.8.26.0126 (fls. 230/238) e nº 1001487-03.2020.8.26.0126 (fls.

594/603), sob a alegação de fato novo, que seria a antecipação de feriados no Município de São Paulo.

Ocorre que os fundamentos que levaram à suspensão das liminares ainda persistem e as alegações apresentadas pela Municipalidade e pelo Ministério Público em nada alteram esse panorama. Nesse ponto, ratifico os termos acima expostos para o fim de indeferir o pedido de reconsideração das decisões de suspensão das liminares deferidas pelo Juízo da comarca de Caraguatatuba.

Comunique-se ao Juízo *a quo*.

C) Os juízes de direito - Rafael Vieira Patara e Ayrton Vidolin Marques Júnior – que deferiram liminares nos mesmos moldes de decisões anteriores, suspensas por deliberação da Presidência do Tribunal de Justiça, dão mostras, em tese, de vontade direcionada de afrontar decisão do Presidente do Tribunal de Justiça.

Para análise dos fatos sob o ponto de vista censório-disciplinar, encaminhem-se à Corregedoria Geral da Justiça, por cópia, esta decisão e as decisões de deferimento de liminar proferidas em primeiro grau e das decisões de suspensão de liminar correspondentes.

P.R.I.

São Paulo, 20 de maio de 2020.

GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO
Presidente do Tribunal de Justiça